



Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar. -----

Data: 28 de fevereiro de 2025 -----

Abertura da reunião: nove horas e treze minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro-secretário e Lisete Mendes Osório, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Manuel Paiva, por António Lareiro e do presidente da união das freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho, pelo tesoureiro, Bruno Carvalho e comunicou a ausência de Paulo Tolda, dos presidentes de junta de freguesia de Aldeias, Merceano Fernandes e de Santa Cruz, Bruno Silva. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** desejou rápidas melhoras ao presidente da junta de freguesia de Aldeias, Merceano Fernandes, que se encontra hospitalizado. Referiu ter-lhe manifestado pessoalmente palavras de força e ânimo, expressando votos de uma rápida recuperação e a esperança de que em breve possa estar de regresso. Felicitou e parabenteou Márcio Morais pelo novo desafio profissional como Diretor do Centro de Emprego de Lamego, desejando-lhe os maiores sucessos nesta missão. Sublinhou que o seu êxito representará também uma mais-valia para os utentes, no âmbito da promoção do emprego, da qualificação e do desenvolvimento profissional. Felicitou, ainda, a segunda-secretária da Assembleia, Lisete Osório, pela distinção recebida no dia de ontem, em Cascais, por parte da Jethro Internacional, com as insígnias de “Diplomata Civil Humanitária – Chaplin”. Realçou que quando alguém é alvo de tão altas referências, a responsabilidade aumenta, pelo que fez questão de lhe endereçar publicamente os parabéns. -----

Tendo em conta o ocorrido na sessão de 13 de dezembro e a preparação da presente

sessão, reforçou a importância do cumprimento rigoroso dos tempos atribuídos a cada grupo municipal. Recordou que, no período antes da Ordem do Dia, cada grupo dispõe de um minuto por membro mais quatro minutos, e, no período da Ordem do Dia, na apresentação de propostas ou assuntos, dispõe de dez minutos, sendo que nos tempos de debate é atribuído um minuto por membro mais cinco minutos. Apelou, como tem sido prática habitual, à colaboração de todos no respeito por estes tempos. Sublinhou a importância da objetividade nas intervenções, pois isso contribui para uma comunicação mais eficiente, clara e produtiva. Afirmou estar confiante de que este repto será acolhido, em respeito pela Assembleia e pelo seu Regimento. -----

Informou o plenário de que foram enviadas propostas de formação e seminários promovidos pela ANAM, incentivando os membros a aproveitarem essas oportunidades, dado o seu carácter enriquecedor. Referiu ainda ter representado oficialmente a Assembleia em várias atividades do concelho. No âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, comunicou que foram enviados e-mails ao Parlamento, à Associação 25 de Abril e à entidade responsável pela organização das celebrações. Como resultado, foram recentemente recebidas duas respostas, sendo expectável a realização de duas exposições facultadas por estas entidades, uma das quais com curadoria científica de José Pacheco Pereira. Assim que houver mais detalhes, será dado conhecimento à Assembleia para aproveitamento destas iniciativas. Informou também que, no dia 17 do corrente mês, teve lugar a reunião da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, onde foi preparada a presente sessão e propostas as datas para as próximas sessões da Assembleia. Ficou decidida a realização de uma sessão extraordinária comemorativa do 25 de abril, outra sessão ordinária a realizar-se a 17 ou 30 de abril, a sessão de junho no dia 27 e a última sessão no dia 12 de setembro. Estas datas poderão ser ajustadas, conforme necessidade, em articulação com o Órgão Executivo e a Mesa da Assembleia. -----

Lms

**Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município -----**

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Américo Moreira saudou os presentes e dirigiu votos de muitos êxitos a Márcio Morais no desempenho das suas novas funções. Manifestou confiança nas suas capacidades, sublinhando que, independentemente da cor política, o concelho de Armamar será prestigiado se a sua atuação for bem-sucedida e positiva. Em nome pessoal, desejou-lhe os maiores sucessos, reforçando a importância de se falar de Armamar em termos positivos. -----

António Lareiro cumprimentou os presentes e passou a referir que, no próximo dia 8 de março, se comemora o Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910, em reconhecimento da luta das Mulheres, em todo o mundo. Assinalar o Dia Internacional da Mulher, é prosseguir com o simbolismo desta que, desde 1910, se transformou no símbolo de luta das Mulheres em todo o Mundo, pelos direitos das Mulheres, justiça social e pela paz. Desde a primeira comemoração em liberdade e democracia, do dia 8 de março de 1975 até aos nossos dias, o Dia Internacional da Mulher tem sido uma oportunidade para dar voz às Mulheres, na sua exigência, na igualdade no trabalho, na família, na sociedade e nos 365 dias do ano. A CDU, saúda as Mulheres em todo o mundo, nos diferentes países que têm lutado contra a inferioridade que lhes foi imposta na Lei e na vida, na exploração e opressão capitalistas. Das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez, maternidade e na velhice. Saúda as Mulheres que lutaram contra o fascismo, contra a negação dos direitos económicos, sociais, políticos e culturais. As Mulheres que lutaram e lutam pela liberdade, democracia e pela paz. Saúda as Mulheres do concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia, apelando que nesse Dia Internacional da Mulher se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade de viver e trabalhar em igualdade no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da

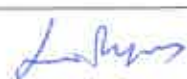


República e num vasto conjunto de Leis que consagram a igualdade e a valorização do seu estatuto enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. Saúda, igualmente, as Mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, em particular às presentes nesta Assembleia Municipal. A CDU, nesta Assembleia Municipal, afirma o seu compromisso na valorização da participação das Mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminação e pela limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na maternidade, no acesso a cuidados de saúde, em particular, na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto. As Mulheres continuam a enfrentar várias formas de violência, nomeadamente, a violência doméstica e a exploração na prostituição. A CDU afirma, também, o seu compromisso na responsabilização do estado no reforço dos recursos humanos, técnicos e financeiros, para que os serviços públicos possam concorrer para a eficácia dos instrumentos legais, de prevenção da violência doméstica de adequada proteção das vítimas, de uma efetiva intervenção com programas dirigidos aos agressores, para prevenir e combater a reincidência desta grave prática social. -----

Dirigindo-se ao presidente da câmara, João Paulo Fonseca, referiu que um dos grandes objetivos do executivo para 2025 é a construção do novo Centro de Saúde, reparação e requalificação de algumas das estradas do concelho, resolver problemas com os esgotos, entre eles, os do Marmelal que correm a céu aberto. Pergunta se já iniciaram algumas destas obras e qual é o ponto da situação das mesmas. -----

Luís Silva cumprimentou os presentes e o público que acompanha a sessão via online. Em nome do Grupo Municipal do PNT, associou-se às felicitações dirigidas a Márcio Morais pela sua nova e nobre função, desejando-lhe felicidades e sucesso. Estendeu igualmente os parabéns a Lisete Osório pela distinção recentemente recebida. -----

Abordou, em seguida, uma questão recorrente no concelho relacionada com a preparação de terrenos para a fruticultura, principal atividade económica local. Alertou



para os problemas causados por mobilizações de solo, nomeadamente aterros e desaterros junto a vias municipais, que têm gerado situações de perigo para as infraestruturas públicas e para a segurança dos utilizadores dessas vias. Salientou a falta de cuidados com afastamentos, inclinações e drenagem de águas, o que tem resultado em acidentes, interrupções de circulação e custos para o município, que frequentemente tem sido o responsável por resolver estas situações. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o que tem sido feito, o que poderá ser feito e que medidas estão a ser adotadas para prevenir estas ocorrências. Recordou a existência de mecanismos regulamentares que podem acautelar o problema e, com tom crítico, mas realista, alertou que, com a chegada das primeiras chuvas, é expectável o agravamento das situações, recomendando a preparação dos meios humanos e técnicos da câmara. Concluiu referindo que, embora não tenha localizado os casos, são de conhecimento geral. -----

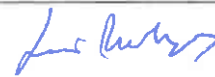
Flávia Laranjeira cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção destacando as dificuldades que o concelho de Armamar enfrenta na fixação de jovens, apontando como principais causas a falta de empregabilidade e de habitação. Referiu-se à ARU – Área de Reabilitação Urbana – como um instrumento estratégico de política urbana criado pelo Governo, que visa promover a regeneração e requalificação de áreas urbanas, oferecendo benefícios como a redução do IVA para 6%. Enunciou as vantagens associadas à ARU, nomeadamente a promoção do crescimento económico, o apoio ao setor imobiliário e a valorização do turismo. Considerando que o concelho possui um elevado stock de imobiliário, inclusive fora da sede, questionou porque não é extensível esta proposta a outras freguesias do concelho. Ainda no âmbito da habitação, referiu-se à nova Lei dos Solos, ainda em discussão, que prevê a possibilidade de construção em solo não urbano, desde que compatível com o planeamento municipal. Questionou, por fim, o que está o Executivo a prever nesta matéria para o concelho de Armamar. -----



Rosa Marta cumprimentou os presentes e o público online. Começou por felicitar Márcio Morais por esta nova etapa da sua vida profissional e Lisete Osório pela distinção recebida. -----

Retomou o tema da Unidade de Saúde de Armamar, reconhecendo e agradecendo a colaboração da Câmara Municipal, que tem sido solícita aos apelos feitos. No entanto, salientou que é necessário ir mais além. Referiu que, embora as novas instalações tenham melhorado o conforto térmico e eliminado o ruído que antes dificultava o trabalho dos profissionais, persistem problemas significativos. Apontou a escassez de consultórios como um dos principais constrangimentos, dificultando o atendimento de situações urgentes ou a vigilância de utentes. Destacou ainda, como particularmente preocupante, a falta de isolamento acústico, que compromete a confidencialidade das consultas médicas e de enfermagem — algo que considerou essencial em contexto de saúde. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de reforçar a colaboração nestes aspetos, de forma a garantir um serviço mais digno e eficaz para os utentes. -----

Lisete Osório cumprimentou os presentes, o público online e todos os cidadãos de Armamar. Felicitou o Executivo Municipal pela organização de mais uma edição da Montra Vinica, prevista para o início de março. Destacou que esta iniciativa representa uma mais-valia para o concelho, valorizando o vinho — produto de excelência local — tendo em conta que Armamar se insere em três regiões com denominação de origem: Douro, Porto e Távora-Varosa. Acrescentou que a Montra Vinica promove também a gastronomia local e valoriza outro produto emblemático do concelho: a maçã. Sublinhou que esta iniciativa contribui para o fortalecimento da economia local e projeta Armamar no mapa do enoturismo, tanto a nível nacional como internacional. Defendeu, por fim, que é fundamental continuar a valorizar estas iniciativas e trabalhar em conjunto para o desenvolvimento económico e cultural do concelho. Expressou o descontentamento de



alguns produtores em relação ao processo de consignação de vinhos no Centro Interpretativo da Mulher Duriense, apontando que o procedimento tem sido confuso, pouco transparente e demorado. Defendeu a necessidade de agilizar o processo, destacando várias áreas de melhoria, nomeadamente: melhorar a comunicação entre os funcionários do município e os produtores; otimizar a receção e gestão das existências; agilizar o processo de faturas e pagamentos; responder de forma mais clara e célere às questões colocadas pelos produtores sobre a gestão dos seus stocks consignados. Afirmou que a implementação dessas melhorias tornará o processo mais eficiente e transparente, aumentando a satisfação dos produtores e a eficácia do Centro Interpretativo da Mulher Duriense, que é uma mais-valia para o concelho e para a região do Douro. Abordou os desafios económicos e demográficos enfrentados por Armamar e por todo o Douro, destacando que, apesar dos esforços, o concelho e a região continuam a enfrentar dificuldades típicas do interior do país. Defendeu a necessidade urgente de criar condições para a fixação de jovens e atrair mão-de-obra qualificada, bem como empresas que queiram instalar-se na região. Sublinhou a importância de diversificar a oferta de experiências turísticas, indo além do turismo tradicional, para captar diferentes públicos, como o turismo jovem, familiar e corporativo. Destacou que, atualmente, Armamar conta com várias infraestruturas e hotéis abertos, o que cria a oportunidade de colocar o concelho no panorama nacional. Concluiu afirmando que o sucesso de Armamar está estreitamente ligado ao sucesso do Douro como um todo. Nesse sentido, defendeu que o futuro do turismo em Armamar e no Douro deve ser construído com visão e ambição, sempre numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e integrado. Lembrou que, este ano, irá realizar-se mais uma edição do Douro Wine Festival, em Cambres, destacando que devemos aproveitar esta oportunidade para atrair mais visitantes e turistas a Armamar. Informou também que, em 2027, o Douro será palco do concurso internacional de Bruxelas, com mais de



duzentos provadores especializados em vinhos, uma excelente oportunidade para  destacar a região e atrair visitantes de renome, como jornalistas, importadores e compradores. Este evento, segundo Lisete Osório, representa uma chance única para consolidar a imagem de marca de Armamar como “Capital da Maçã de Montanha” e para reforçar a posição do Douro como destino de turismo de excelência. Salientou a importância de trabalhar em conjunto com os outros municípios e parceiros do território para garantir que os turistas, ao visitarem a região, levem consigo não apenas memórias, mas também experiências autênticas e um pedaço da alma duriense. Terminou afirmando que, com dedicação, ambição e trabalho conjunto, é possível transformar Armamar num destino turístico mais procurado, sustentável e próspero para as gerações futuras. -----

O presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia, cumprimentou os presentes e expressou uma palavra de apreço pela segunda edição do Festival das Sopas, organizado pelo Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, destacando o sucesso do evento. Considerou-o muito importante para o concelho e defendeu que deve continuar. Felicitou Márcio Moraes pela sua nomeação como Diretor do Centro de Emprego de Lamego, manifestando confiança de que ele deixará o concelho de Armamar bem representado no cargo. Deixou uma nota de elogio ao evento científico realizado no dia 21 deste mês, destacando a importância de valorizar as Mulheres da Ciência, que dignificam Armamar. Considerou o evento um momento elevado, que deve ser realçado em prol das gentes do concelho. Dirigiu também uma palavra de reconhecimento a todos os participantes na Montaria ao Javali, organizada pelo município. De acordo com a sua observação e a mensagem transmitida pelos participantes, muitos elogiaram a organização do evento e o serviço prestado pelo município, destacando o grande número de participantes. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre um assunto que não tem sido abordado ao longo dos anos



nesta Assembleia, mas que, segundo ele, exige atenção imediata: o edifício da sede do Centro Recreativo e Cultural de Travanca. Destacou que o edifício apresenta infiltrações graves que estão a degradar a sua estrutura, o que, a médio prazo, pode pôr em risco a segurança das pessoas que o utilizam. Referiu que conhece bem o tema e sugeriu que uma intervenção inicial fosse feita para minimizar a degradação do edifício, que teve custos acrescidos para o município e para os munícipes, e que a Associação não tem capacidade financeira para resolver o problema. Afirmou que a própria Associação enviou um e-mail à junta de freguesia de Armamar a solicitar que o tema fosse abordado na Assembleia, a fim de alertar sobre o que está a acontecer. Questionou se o edifício está cedido por contrato de comodato ou se é propriedade do município, mas sublinhou que é importante que o problema seja registado, para que no futuro não se alegue que ninguém se preocupou com a situação. Em sua opinião, uma primeira medida seria retirar a cerâmica danificada, que está a agravar o problema da humidade, pois a água circula por baixo dela e aí permanece por muito tempo. Destacou que, mesmo em pleno mês de agosto, a humidade persiste, apesar das elevadas temperaturas. Concluiu dizendo que, tanto este edifício como as sedes das freguesias, que foram construídas com o apoio do município, necessitam de atenção, visto que as juntas de freguesia não têm capacidade financeira para realizar os melhoramentos necessários. Apelou para que, no futuro, se olhasse com mais atenção para as situações das freguesias, uma vez que as juntas não têm possibilidade de realizar candidaturas por conta própria. Salientou que, sem o contributo do município, nenhuma freguesia terá capacidade financeira para melhorar os seus edifícios que servem a população. Questionou se está prevista alguma ajuda financeira do município, para o ano de 2025, conforme estava previsto no orçamento, e sugeriu que fosse informado atempadamente o valor que cada freguesia irá receber, para que possam planear e executar os projetos necessários. -----

Lamego *J*

Márcio Morais cumprimentou os presentes e agradeceu as palavras de apoio que lhe foram dirigidas, afirmando que se sente motivado e orgulhoso com a nomeação. Comprometeu-se a dar o melhor de si, assim como fez nos últimos nove meses na Autoridade Tributária, onde foi tratado de forma muito positiva. Destacou também a sua colaboração com a autarquia ao longo dos últimos dez anos, considerando que sempre deu o melhor de si. Mencionou que a sua nomeação para Diretor do Centro de Emprego de Lamego é significativa, pois é o primeiro diretor a vir de outro concelho que não Lamego. Agradeceu aos colegas de Lamego pela receção e falou sobre uma semana difícil para ele, pois, no dia da sua nomeação, perdeu o seu melhor amigo, o senhor Silvino Carrulo, seu avô, que foi uma figura fundamental na sua vida. Reforçou o seu compromisso de trabalhar de forma transversal com todos os municípios que fazem parte do Centro de Emprego de Lamego, tratando todos com a mesma atenção e respeito. Pediu desculpa pelo desabafo, explicando que estes últimos dias têm sido difíceis, mas demonstrou confiança de que, com o tempo, a tempestade vai passar e dias melhores virão. Concluiu afirmando que, embora esteja agora em Lamego, um dia voltará a Armamar, dizendo que não será um "até nunca", mas um "até já". Agradeceu, mais uma vez, as palavras de apoio que lhe foram dirigidas. -----

O **presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os presentes e todos os que acompanham a sessão via online. Antes de responder às questões colocadas, forneceu algumas informações sobre as suas atividades. Relatou que, na semana anterior, como vice-presidente da CIMDOURO, esteve em Bruxelas numa das visitas regulares, uma vez que a CIMDOURO tem uma representação permanente junto da União Europeia. Durante a semana, reuniram com vários eurodeputados, incluindo Carla Tavares (PS), Francisco Assis, Ana Catarina Mendes, Catarina Martins (Bloco de Esquerda), Cotrim de Figueiredo (Iniciativa Liberal), e António Tanger (CHEGA). A reunião com o deputado João Oliveira da CDU não aconteceu devido à sua indisponibilidade de agenda, mas ficou



pré-agendada para o futuro. Informou que a CIMDOURO assinou um acordo para se tornar membro efetivo da POLIS, a maior rede de transportes e mobilidade da Europa. Destacou que a região da CIMDOURO enfrenta dificuldades em termos de mobilidade e transportes, e que estão a avaliar exemplos de outras regiões europeias similares para implementar soluções nos seus territórios. Informou que foi assinando o acordo para a realização do concurso mundial de vinhos de Bruxelas, que acontecerá em 2027 na região do Douro, conforme mencionado anteriormente por Lisete Osório. Destacou que, além dos vinhos brancos e tintos, os vinhos licorosos, como o vinho do Porto, também estarão incluídos no concurso, dado o peso que estes têm na região. Considerou que este será um grande evento e uma excelente oportunidade para o Douro, com cerca de 350 provadores de todo o mundo, dos quais mais de 200 são jornalistas internacionais especializados na área. O concurso contará com mais de 15.000 vinhos em competição, o que representará uma importante oportunidade para a região do Douro se mostrar ao mundo. Informou que reuniram com o anterior presidente do Comité das Regiões, Vasco Cordeiro, que cessou funções na quinta-feira passada. Também mencionou uma reunião com a nova presidente do Comité das Regiões, uma senhora húngara, presidente da Assembleia Municipal do município de Budapeste. A nova presidente assumirá o cargo por um mandato de dois anos e meio, conforme acordo entre o PPE e o Partido Socialista, que dividem o mandato. Após esse período, Ruan Ronilha, presidente da região de Andaluzia, assumirá o cargo para concluir o restante do mandato. Informou que tiveram reuniões com a região de Estocolmo e a região autónoma dos Açores. Destacou que, além da CIMDOURO e da Área Metropolitana do Porto, as regiões autónomas da Madeira e dos Açores são as únicas com representação permanente em Bruxelas. A região do Douro fez um pedido para se tornar membro de uma rede europeia ligada à agricultura, similar a essas regiões. Referiu que durante essas reuniões, os eurodeputados e representantes no



Comité das Regiões expressaram preocupações sobre os novos desafios da Europa, especialmente no que diz respeito à política de defesa. Com a eleição do novo presidente dos Estados Unidos, a situação da Ucrânia e a política de defesa têm sido uma prioridade na Europa. Existem duas correntes de pensamento: uma que defende que os fundos europeus devem ser canalizados para a defesa, como é defendido pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e outra que acredita que os fundos devem continuar a ser destinados à coesão, com os países membros aumentando a sua contribuição para a defesa. O Presidente destacou que retirar fundos de coesão para a política de defesa seria prejudicial para as regiões mais distantes da média europeia. Também mencionou uma preocupação em relação à gestão dos fundos no próximo quadro comunitário, sendo que muitos defendem que os fundos europeus devem seguir uma lógica similar ao PRR, onde os recursos seriam enviados a nível nacional, com os governos dos estados-membros a ser responsáveis pela distribuição para a nível regional e local. Expressou preocupação em relação à alocação dos fundos no âmbito do PRR, onde 90% dos recursos continuam a ser direcionados para grandes investimentos e centros urbanos, o que prejudica as regiões mais distantes. Deixou claro que a posição da Câmara é a favor de manter a distribuição dos fundos em três níveis – nacional, regional e local – no próximo quadro comunitário, a fim de garantir que os territórios mais periféricos não sejam prejudicados e possam também beneficiar dos recursos disponíveis. Informou que a proposta de internalização da PPP está prestes a ser apresentada à Assembleia. O trabalho foi realizado por uma equipa técnica credenciada, com a adjudicação ao Dr. Pedro Mota e Costa, que finalizou as peças do procedimento. Embora a matéria seja sensível e os documentos elaborados apresentem uma complexidade técnica, o processo está pronto para ser apresentado e analisado pela Assembleia, com a devida atenção e tempo necessário para a sua avaliação. Abordou a necessidade de uma alteração orçamental para acomodar os valores



necessários à internalização da PPP e sugeriu ao presidente da Assembleia a convocação de uma sessão extraordinária ainda durante o mês de março, para tratar deste assunto, com o objetivo de, finalmente, extinguir e internalizar a PPP no município. Expressou seu agradecimento a todos os colaboradores do município envolvidos na organização da Montaria ao Javali, considerando o evento um grande sucesso, evidenciado pela satisfação dos participantes. Agradeceu especialmente ao vereador António Silva, responsável pela organização do evento. Também deixou os parabéns ao Agrupamento de Escolas pelo sucesso do Festival das Sopas, destacando a importância de iniciativas como essa, que permitem uma interação importante entre a escola e a comunidade, indo além dos muros escolares. Endereçou as condolências a Márcio Morais pela perda de seu avô, o Sr. Silvino Carrulo, destacando a grande admiração e carinho que Márcio tinha por ele. Aproveitou também para felicitá-lo pela sua nomeação como diretor do Centro de Emprego de Lamego, reconhecendo que é um motivo de orgulho não só para o Márcio, mas também para todos os armamarenses, ter alguém de Armamar à frente dessa instituição. Destacou a complexidade e exigência da função, mas expressou confiança nas capacidades de Márcio, com quem já trabalha há muitos anos, e desejou-lhe muito sucesso no novo cargo, especialmente no que respeita à empregabilidade na região do Douro Sul. Deixou uma palavra de rápidas melhoras ao presidente da junta de freguesia de Aldeias, que está a passar por um momento difícil de saúde, e desejou-lhe forças para superar rapidamente esta fase. Também parabenteou Lisete Osório pela sua distinção como diplomata humanitária, destacando o orgulho que representa para o concelho ter pessoas com esse reconhecimento. Passando para as intervenções efetuadas, o presidente da Câmara informou António Lareiro que a construção do novo Centro de Saúde de Armamar já foi adjudicada. Na última reunião de Câmara, foram validados os documentos de habilitação da entidade responsável pela obra. Explicou que houve a necessidade de fazer uma alteração ao orçamento, pois por lapso foram



previstas verbas para 2027. Como a Unidade de Saúde é financiada por fundos PRR e deve estar concluída até o final de 2026, era necessário ajustar o orçamento antes de enviar para visto do Tribunal de Contas, para evitar reprovação ou atrasos. O Presidente acredita que a obra poderá arrancar, ainda, durante o mês de abril. em relação à requalificação das vias, informou que o Lote 2 já recebeu o visto do Tribunal de Contas, com parecer favorável. Os contratos deste lote já foram assinados e, por analogia, acredita que os outros lotes também receberão os vistos favoráveis em breve, ficando assim reunidas as condições para avançar com as obras. Em relação às ETAR's, referiu que os projetos de execução já foram aprovados pelo órgão executivo. A requalificação das ETAR's e a instalação de novas condutas de tratamento de águas residuais fazem parte de candidaturas a fundos comunitários, incluindo iniciativas ligadas ao ciclo urbano da água e à ITI Douro e assim que as candidaturas forem aprovadas, as obras poderão ser iniciadas. No que respeita à intervenção de Luís Silva o Presidente da Câmara reconheceu que em algumas situações de movimentações de terras, especialmente nas áreas contíguas às estradas e vias municipais, existem preocupações que merecem atenção. No entanto, todas essas intervenções têm sido licenciadas ou comunicadas ao município devido às novas regras das candidaturas no IFAP, que exigem parecer da CCDDR-N e autorização da Câmara Municipal. A autarquia não pode ser um obstáculo aos investimentos, mas deve garantir que as intervenções cumpram as normas de segurança, especialmente no que diz respeito à inclinação dos taludes e distanciamentos. O município está a fiscalizar essas ações e, caso ocorram prejuízos, os responsáveis deverão resolver a situação, para evitar que o orçamento municipal seja sobrecarregado. O Presidente da Câmara respondeu à intervenção de Flávia Laranjeira, esclarecendo que, na altura, foi criada apenas uma Área de Regeneração Urbana (ARU) na sede do concelho, devido às regras específicas que limitavam a sua implementação. As normas atuais definem critérios rígidos para a criação de ARUs, e, naquela altura, só a



vila de Armamar, especificamente a sua zona histórica, se enquadrava. Contudo, a possibilidade de alargar a ARU a outras áreas será estudada, considerando possíveis alterações legislativas que possam permitir tal extensão. Quanto à Lei dos Solos, afirmou que ainda está em fase de compreensão e análise, tendo sido solicitado um parecer ao consultor jurídico do município para esclarecer as situações em que a nova Lei se aplica. Salientou que a Lei não será uma mudança radical, como alguns podem ter sugerido na comunicação social. Esclareceu que a aplicação da nova Lei dos Solos está, de facto, definida para algumas situações específicas, como em áreas anteriormente denominadas de colmatção ou de fecho de construção. Nestas áreas, onde já existem infraestruturas municipais completas, como redes de água, saneamento, vias, telecomunicações e eletricidade, a nova Lei pode ser aplicada. No entanto, ainda estão a avaliar, em conjunto com a CIMDOURO, a necessidade de esclarecimentos adicionais. A Associação Nacional de Municípios Portugueses foi solicitada a clarificar em que contextos específicos a Lei dos Solos pode ser implementada, para que os municípios possam agir de acordo com a legislação. Informou que, até o momento, não houve nenhum pedido relacionado com a aplicação da nova Lei dos Solos. Além disso, qualquer pedido relacionado com a utilização dessa Lei deve passar pela análise técnica dos colaboradores do município, seguido da aprovação do executivo municipal e, finalmente, da Assembleia Municipal. A Câmara está à espera de uma maior clarificação sobre o assunto, a fim de proceder de acordo com a legislação vigente. Passando à intervenção de Rosa Marta, o Presidente da Câmara referiu que o município tem demonstrado grande colaboração e empenho na resolução das questões relacionadas com o Centro de Saúde. A intervenção realizada no espaço atual, em termos de comodidade e conforto, apresenta melhores condições em comparação com o espaço anterior. O projeto foi cuidadosamente analisado e desenvolvido em conjunto com os técnicos da ULF de Armamar e da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro. Explicou que a



intervenção no Centro de Saúde foi sempre orientada pelo engenheiro Faria, responsável pelas infraestruturas da Unidade de Saúde. Quando foi discutida a necessidade de aumentar o espaço da Unidade de Saúde de Armamar, a ULS informou que o espaço existente reunia as condições necessárias para funcionamento e caso se verificasse a necessidade de expansão, no futuro, a solução seria o uso de contentores, que são disponibilizados pela ARS Norte. O Presidente destacou que a situação dependerá da pressão das pessoas que trabalham na Unidade de Saúde, incluindo a coordenadora, junto da ULS de Vila Real. O município estará disponível para colaborar conforme necessário. Reconheceu que as estruturas atuais de divisão dos consultórios podem não oferecer a privacidade necessária entre os utentes e os profissionais de saúde. Essa questão foi discutida com os técnicos da ULF, e caso seja necessário realizar investimentos adicionais para solucionar o problema, a Câmara estará disposta a colaborar. No entanto, o Presidente acredita que a pressão deve vir principalmente dos profissionais de saúde que utilizam o espaço diariamente. No que respeita à intervenção de Lisete Osório, o Presidente concordou que a Montra Vínica é uma excelente oportunidade para promover o concelho de Armamar através dos vinhos, o que beneficia tanto os produtores quanto a imagem geral do concelho. Destacou que, embora já haja um número considerável de produtores envolvidos, o número de inscrições ainda é muito baixo. Fez um apelo público aos produtores do concelho para que se associem ao evento, salientando que essas oportunidades devem ser aproveitadas por todos. Sobre a consignação dos vinhos no Centro Interpretativo da Mulher Duriense comentou que já conhece a situação e tomou as medidas necessárias para resolver o problema. Adicionalmente, mencionou que será aprovado um modelo de negócio para garantir que a situação não se repita no futuro. Respondeu à intervenção do presidente da junta de freguesia de Armamar sobre o Centro Cultural de Travanca, informando que o município já está a trabalhar na resolução das infiltrações na



cobertura do edifício. Uma empresa especializada em impermeabilizações enviará em breve um orçamento para o município. Esclareceu que o contrato de comodato do Centro Cultural de Travanca estabelece que a responsabilidade pelas reparações no edifício recai sobre a própria associação, enquanto o município irá atuar na reparação do terraço de utilização pública. Caso as patologias das infiltrações sejam resolvidas, as correções internas deverão ser feitas pela associação, incluindo pinturas e outras reparações, conforme necessário. Em relação às verbas para as juntas de freguesia, o Presidente da Câmara informou que as mesmas foram aprovadas no orçamento para 2025, e caberá aos presidentes de junta definir como as utilizarão. Também mencionou que em breve serão divulgados avisos para a requalificação das sedes das freguesias. Por fim, destacou que, ainda, recentemente foi disponibilizada uma verba para a junta de freguesia de Armamar, com o objetivo de construir um novo espaço de atendimento. ---

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não houve intervenções. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às dez horas e trinta e sete minutos e comunicou que continuam ausentes Paulo Tolda, os presidentes de junta de freguesia de Aldeias, Merceano Fernandes e de Santa Cruz, Bruno Silva. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições, ninguém manifestou vontade de intervir: -----

Modalidade alargada da CPCJ - Relatório Anual de Atividades e Avaliação (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----



O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** apresentou o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), referente ao ano de 2024, que foi aprovado na reunião da Comissão Alargada da CPCJ, em 30 de janeiro de 2025, e que agora foi submetido à Assembleia Municipal para apreciação. Dado o tamanho do documento, o presidente fez um breve resumo dos pontos mais relevantes: -----

No total, foram acompanhados 32 processos, com 16 a transitarem para o próximo ano, 15 processos instaurados, 11 novos processos e 4 reabertos. A maioria dos processos arquivados tiveram a ver com a ausência de perigo (10 casos), enquanto 11 foram encaminhados para o Tribunal. Grande parte dos casos envolveram crianças do género feminino, com a faixa etária predominante entre 6 e 8 anos, seguida dos 11 aos 14 anos. As principais problemáticas envolvem a exposição e comportamentos que comprometem o bem-estar e desenvolvimento das crianças, como violência doméstica e comportamentos desviantes, como delinquência e bullying. A intervenção focou-se principalmente nos pais, sendo a violência doméstica e os comportamentos desafiantes das crianças as questões mais recorrentes. A autoridade policial foi a principal entidade sinalizadora, seguida por serviços sociais e de saúde. O presidente da Mesa disponibilizou-se para responder a eventuais questões dos membros da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Ata da sessão de 13 de dezembro de 2024 -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão. -

Processo 2609/2024. Empreitada de obras públicas "Execução da Unidade de Saúde de Armamar" - Modificação de encargos e assunção de compromissos plurianuais -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----




“Factos e fundamentos legais -----

Considerando que: -----

1. A Câmara Municipal deliberou na sua reunião de 03 de janeiro de 2025 autorizar o lançamento da empreitada de execução da unidade de saúde de Armamar (projeto inscrito no Plano Plurianual de Investimentos 2025 e seguintes (PPI)), cujo valor máximo previsto é de 1 736 208,97 EUR com IVA incluído, com um prazo de execução previsto de 480 dias a contar da consignação e após visto prévio do Tribunal de Contas; -----

2. A previsão da execução da referida empreitada implica encargos orçamentais em mais de um ano económico; -----

3. O projeto inscrito no PPI para 2025 e seguintes aprovado pela Assembleia Municipal em 13 de dezembro de 2024, apenas prevê respetivamente para 2025 e 2026 o montante de 556 500,00 EUR e para 2027 o montante de 278 250,00 EUR; -----

4. De acordo com o parecer da Direção-Geral do Orçamento, emitido em 21 de março de 2023, nos casos em que é preterida uma formalidade legal que devia ter sido obtida previamente à abertura do procedimento, pode essa falta ser suprida posteriormente, mediante ratificação, nos termos do n.º 1, do artigo 164.º, do Código do Procedimento Administrativo; ----

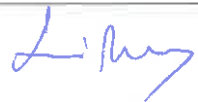
Propõe-se que: -----

5. O encargo plurianual orçamental seja modificado e distribuído da seguinte forma (com IVA incluído à taxa de 6%): -----

Ano	2025	2026	Total
Encargos orçamentais	556 500,00 EUR	1 179 709,00 EUR	1 736 209,00 EUR

6. A modificação do montante da despesa para 2026 de 1 179 709,00 EUR deve ser efetuada através de revisão orçamental ao PPI nos termos do disposto no artigo 46.º-B do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais; -----

Uma vez que: -----



7. A repartição, reprogramação ou a modificação de encargos plurianuais carece de autorização prévia da Assembleia Municipal, ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação; -----

8. A assunção de compromissos plurianuais que resultam da reprogramação da referida empreitada, está também sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----

Propõe-se que a câmara municipal delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, o seguinte: -----

9. Que seja ratificada a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 03 de janeiro de 2025, particularmente no que concerne à decisão do lançamento da referida empreitada sem autorização prévia da Assembleia Municipal a modificar o valor do projeto previsto no PPI para o ano de 2026, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua atual redação (CPA); -----

10. A autorização prévia da modificação/reprogramação do encargo plurianual e assunção de compromisso para 2026 de acordo com definido nos n.ºs 5 e 6 desta proposta, ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação e nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/297 de 19 de fevereiro de 2025. -----

Resolução -----

Deve a câmara municipal deliberar a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a: -----

- Ratificação da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 03 de janeiro de 2025;

- Autorização prévia da modificação/reprogramação do encargo plurianual e assunção de compromisso para 2026. -----

Deliberação da Câmara Municipal em 24 de fevereiro de 2025: Aprovado, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.” -----

O **presidente da Câmara Municipal** explicou que a proposta distribuída aos membros da Assembleia Municipal diz respeito a uma alteração modificativa no orçamento de 2025, que se refere à construção da Nova Unidade de Saúde. Nos documentos previsionais originais, os encargos estavam previstos para 2027, mas como a obra é financiada pelo PRR e deve ser concluída até o final de 2026, foi necessário realizar esta alteração modificativa. Além disso, foi solicitada a ratificação da deliberação tomada pelo órgão executivo em 3 de janeiro, que aprovou o lançamento da obra a concurso, mesmo sem as verbas inicialmente previstas. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Processo 232/2025. Quinta de Vilar, Sociedade Agrícola Quinta de Vilar, Lda.
(nipc 502 132 302) - Declaração de Interesse Público com Urgência -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

No seguimento da informação técnica que se transcreve: -----

“Introdução -----

O Requerente, Quinta de Vilar – Sociedade Agrícola Quinta de Vilar, Lda., contribuinte nº 502 132 302, vem requerer “Declaração de Interesse Público com Urgência” inerente ao “... aumento de capacidade do estabelecimento de Armamar (entrepósito fruteiro) em mais de 3000 toneladas (em anexo) o que corresponde a uma ampliação de 1760 m2.”, sito na Zona Industrial de Armamar – Lote 15, freguesia e concelho de Armamar, sob o artigo matricial nº 1182, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1773/20070511. -----



Informação -----

O pedido diz respeito à “Declaração de Interesse Público com Urgência” inerente ao “... aumento de capacidade do estabelecimento de Armamar (entrepasto fruteiro) em mais de 3000 toneladas (em anexo) o que corresponde a uma ampliação de 1760 m2.”, sito na Zona Industrial de Armamar – Lote 15, freguesia e concelho de Armamar, sob o artigo matricial nº 1182, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1773/20070511. -----

Considerando o descrito e o contexto apresentado, proponho que o conteúdo do mesmo (em anexo), seja objeto de análise do Órgão Executivo e caso seja aprovado, deverá ser enviado para a Assembleia Municipal. -----

Conclusão -----

Face ao descrito anteriormente, proponho que o conteúdo do mesmo (em anexo), seja objeto de análise do Órgão Executivo e caso seja aprovado, deverá ser enviado para a Assembleia Municipal e consequente notificação do Requerente da decisão. Relativamente ao PIP de alteração de loteamento industrial com o propósito de ampliação de um entreposto fruteiro, encontra-se em análise e a informar oportunamente.” -----

Propõe-se que, em reunião da câmara municipal seja analisado o conteúdo do pedido, e em caso de aprovação o remeta para reunião da assembleia municipal a fim de reconhecimento do interesse e emissão da respetiva declaração. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/295 de 19 de fevereiro de 2025. -----

Resolução -----

Deve a câmara municipal deliberar a: -----

- Aprovação do pedido do requerente; -----
- Remeter o mesmo à reunião da assembleia municipal para reconhecimento do interesse e emissão da respetiva declaração. -----

A Câmara Municipal, em 24 de fevereiro de 2025 aprovou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, com parecer favorável.” -----



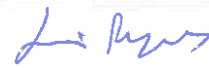
O **Presidente da Câmara Municipal** informou que a Sociedade Quinta do Vilar adquiriu recentemente as instalações da empresa Frutas Cruzeiro 2, localizadas na zona industrial de Armamar. A empresa já possui uma capacidade de frio e armazenamento de aproximadamente cinco mil toneladas. Diante disso, foi solicitado pela empresa a emissão de uma declaração de interesse público. O Presidente destacou que considera este pedido relevante, pois Armamar, apesar de ter avançado na produção, ainda enfrenta dificuldades no que se refere à capacidade de armazenamento e à instalação de frio. Além disso, essa declaração de interesse público irá fortalecer a candidatura a Fundos Comunitários para o investimento e também permitir a análise técnica de possíveis alterações ao loteamento industrial. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Luís Silva fez duas considerações a respeito do assunto. Primeiramente, destacou que os elementos disponibilizados sobre a questão deveriam estar mais bem contextualizados. Embora o presidente tenha dado resposta a algumas questões não abordadas no documento, Luís Silva deixou um alerta, expressando dúvidas sobre se o pedido se trata de uma declaração de interesse público ou de interesse público municipal, pois, conforme a legislação, esses conceitos são diferentes. Ele sugeriu que a situação fosse esclarecida, uma vez que não tem certeza se a Assembleia Municipal tem competência para emitir uma declaração de interesse público. -----

O **presidente João Paulo Fonseca** concordou com a observação feita por Luís Silva, esclarecendo que as competências da Assembleia Municipal se limitam à emissão de declaração de interesse público municipal. Portanto, esse é o termo que deve ser utilizado e registado na ata. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** observou que, conforme o Decreto-Lei 165/2014, de 5 de novembro, no procedimento de regularização, o artigo 5.º, especificamente na alínea a), menciona: “*deliberação fundamentada de reconhecimento*



do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;”. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Processo 337/2025. Alteração orçamental modificativa - 01/2025 -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

Deve a câmara municipal deliberar a: -----

Aprovação do pedido do requerente; -----

Remeter o mesmo à reunião da assembleia municipal para reconhecimento do interesse e emissão da respetiva declaração. -----

Resolução -----

Cabe à câmara municipal submeter à apreciação e votação da assembleia municipal a proposta de alteração orçamental modificativa. -----

A Câmara Municipal, em 24 de fevereiro de 2025 aprovou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.” -----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que o órgão executivo propõe a incorporação do saldo de gerência de 2024 no orçamento de 2025. O saldo de gerência da execução orçamental do ano de 2024 foi de € 4.044.351,00, e a proposta é integrar este valor na receita do orçamento de 2025. Este montante será utilizado, principalmente, para a internalização e pagamento da dívida da Parceria Público-Privada com a Armamar Viva, S.A., além de reforçar rubricas importantes, como as relacionadas com a Unidade de Saúde e as obras de requalificação do Centro Cívico de Armamar, da Praceta Sá Carneiro e as intervenções candidatas no âmbito do tratamento de águas residuais. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

**Encerramento da reunião** -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, antes de encerrar a sessão, expressou agradecimentos a todos pela participação e pelo cumprimento dos tempos estabelecidos. Reforçou que, ao longo da sessão, foram tomadas grandes decisões que impactam o futuro do concelho, e destacou a importância de que todos os membros da Assembleia tenham lido os documentos enviados. Agradeceu ainda aos colaboradores da instituição que contribuíram para a transmissão da assembleia. Concluiu informando que, conforme mencionado pelo presidente da Câmara, será solicitada uma sessão extraordinária em março, que seguirá os trâmites normais de convocatória. -----

Por último, observou que fevereiro é o mês que nos ensina que o tempo é curto mas as oportunidades de ser feliz são infinitas. Por isso “sejam todos felizes e bons trabalhos”. -----

O presidente da Câmara Municipal informou que, entre os dias 12 e 16 de março, decorrerá a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), onde o município de Armamar estará representado no stand da CIMDOURO. Este ano, o stand será montado no Pavilhão 2, ao invés de estar integrado no stand do Turismo Porto e Norte de Portugal, dado que o modelo anterior foi considerado esgotado e, segundo a Câmara, o Turismo Porto e Norte não tratou adequadamente os dezanove municípios da CIMDOURO. A representação de Armamar ocorrerá no dia 13 de março e o presidente convidou todos aqueles que puderem a visitar a BTL e a promoção do concelho. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às dez horas e cinquenta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:

Primeiro secretário:

Segundo-secretário: